

SUCESSÃO FAMILIAR EM PROPRIEDADES LEITEIRAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE - SC

Aluno: Denize Ereno*

Professora Orientadora: Adriana Salvi**

RESUMO: A permanência do jovem no meio rural é imprescindível para o desenvolvimento dos pequenos municípios onde as atividades agropecuárias tem grande importância econômica. O município de São João do Oeste está inserido na maior bacia leiteira do estado de Santa Catarina e com propriedades pequenas, a sucessão familiar é fundamental para a continuidade da atividade. Sendo assim, esse artigo tem como principal objetivo caracterizar a atividade leiteira do município e compreender a realidade do processo de sucessão familiar nas propriedades leiteiras. Para alcançar os objetivos, realizou-se uma pesquisa quanti – qualitativa, do tipo descritiva em que foi realizado primeiramente uma pesquisa documental na secretaria de agricultura e em seguida, uma pesquisa de campo com os jovens que residem e desenvolvem em conjunto com os pais a pecuária leiteira. Os resultados demonstraram que a sucessão familiar é um problema a ser enfrentado em breve, pois apenas 51,21% das propriedades que desenvolvem a atividade leiteira possuem em seu núcleo familiar jovens que residem e trabalham juntamente com os pais e destes jovens 58,13% afirmaram ter pretensão de continuar na atividade. A produção de leite baseia-se no modelo de agricultura familiar e o fato de gostar da atividade demonstrou-se fator relevante na decisão de permanecer na propriedade, enquanto que a falta de infraestrutura das propriedades dificulta a permanência dos jovens no campo. O processo sucessório das propriedades rurais ainda é vivenciado de uma forma bastante incerta, a transição do gerenciamento da propriedade não está diretamente ligada à capacitação gerencial do sucessor, mas a fatores diversos como aposentadoria, força e capacidade de trabalho dos pais ou a família não possui diálogo aberto sobre esse assunto. Palavras-chave: Agricultura familiar. Bovinocultura leiteira. Sucessão.

1 INTRODUÇÃO

A produção de leite é de fundamental importância para o desenvolvimento agropecuário Brasileiro. Com produção nacional estimada em 34 bilhões de litros de leite em 2017, de acordo com o IBGE, há registro de atividade leiteira em 99% dos municípios Brasileiros o que movimenta a economia nacional.

O sul é a região que se destaca em crescimento na atividade leiteira. Em Santa Catarina a produção de leite cresceu 82% nos últimos dez anos, levando o estado a ocupar o quarto lugar no ranking nacional da produção de leite e possui potencial para se transformar na maior bacia leiteira do país.

São João do Oeste está localizado na maior bacia leiteira do estado de Santa Catarina, respondendo por boa parte da produção do estado.

Com propriedades pequenas e mão de obra basicamente familiar, a produção de leite movimenta a economia, gera empregos, ajuda na distribuição de renda e diminui o êxodo rural no município e na região. Entretanto, a cadeia produtiva do leite enfrenta inúmeros desafios a serem superados, entre eles a falta de sucessores que darão continuidade ao trabalho na propriedade familiar.

A falta de sucessores ameaça o futuro da agricultura familiar e conseqüentemente da produção leiteira no Brasil. Dificuldades econômicas e razões culturais incentivam o

* Aluna do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gestão, Manejo e Nutrição na Bovinocultura Leiteira, UNOESC – São Miguel do Oeste/SC, E-mail: denize_eren@hotmai.com – Fone: 999832912. São João do Oeste – Santa Catarina - Brasil.

** Prof^a. Mestre em Administração - UNAM, UFRJ, E-mail: adriana.salvi@unoesc.edu.br. São Miguel do Oeste – Santa Catarina – Brasil.

esvaziamento da população jovem do meio rural, que vão para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

É de fundamental importância conhecer a atual realidade dos índices de sucessão familiar nas propriedades rurais do nosso município e os fatores e dificuldades que influenciam nesse processo, para assim buscar soluções e indicar políticas públicas que possam incentivar a permanência desses jovens no campo, impulsionando o desenvolvimento regional, garantindo renda e diminuindo o êxodo rural.

Tão importante quanto conhecer minuciosamente a natureza dos problemas enfrentados pelas propriedades familiares na formação de sucessores, é conhecer e estudar a percepção que os envolvidos nesse processo têm acerca dos problemas e as possibilidades de solução.

Sendo assim, buscou-se nesse trabalho, realizar um levantamento de dados acerca do percentual de propriedades leiteiras que possuem um possível sucessor para a atividade e analisar o processo de sucessão familiar nas propriedades leiteiras do município de São João do Oeste – SC, identificando-se o perfil dos jovens sucessores e a caracterização das propriedades envolvidas no estudo. Pretende-se ainda analisar os fatores decisivos para a permanência dos jovens na propriedade dos pais e indicar possíveis soluções que amenizem as dificuldades encontradas no processo de sucessão familiar nas propriedades rurais.

Para a obtenção dos resultados realizou-se um estudo de campo, tendo como base de estudo as propriedades rurais que trabalham com a bovinocultura de leite no município de São João do Oeste, sendo aplicado um questionário in locu aos jovens que estão na propriedade dos pais e juntamente com eles desenvolvem a atividade leiteira.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: capítulo 1, introdução; o capítulo 2 contém a fundamentação teórica; no capítulo 3 é exposto os métodos utilizados na pesquisa; no capítulo 4, são apresentados e analisados os resultados e por fim as considerações finais no capítulo 5.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a base de sustentação para o trabalho de campo e a elaboração dos resultados, através do estudo teórico de diferentes autores sobre a Agricultura Familiar e a Pecuária Leiteira, A produção de Leite no Município de São João do Oeste e a Sucessão na Agricultura Familiar, tema central do estudo.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E PECUÁRIA LEITEIRA

Define-se como agricultura familiar, de acordo com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, a prática da agricultura em estabelecimentos com área menor que quatro módulos fiscais, dirigidos pela família onde seja utilizada predominantemente a mão de obra familiar e as atividades desenvolvidas na propriedade sejam responsáveis por prover renda para a família (BRASIL, 2006).

O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) define que no modelo de agricultura familiar predomina a interação entre gestão e trabalho, ou seja, é o modelo no qual o agricultor familiar além de desenvolver os trabalhos da propriedade também gerencia o processo produtivo.

A agricultura familiar é a verdadeira responsável pela produção de alimentos no Brasil. Aproximadamente 84,4% dos estabelecimentos rurais são de base familiar e esse modelo de agricultura responde pela grande maioria dos postos de trabalho no meio rural brasileiro (IBGE, 2006).

Com uma área de apenas 30% do total utilizado pela agricultura brasileira, a agricultura familiar mantém 76,9 % da mão de obra utilizada. Na região sul, 84% da mão de obra empregada na agricultura está na agricultura familiar (GUANZIROLI e CARDIM, 2000).

Os estabelecimentos de posse dos agricultores familiares também ocupam um maior número de pessoas por hectare de terra. Enquanto nas grandes propriedades são necessários em média 67,5 hectares de terra para ocupar uma pessoa, nas pequenas propriedades familiares são necessários apenas 7,8 hectares por pessoa (GUANZIROLI e CARDIM, 2000).

Em Santa Catarina o modelo de agricultura familiar é predominante. Desenvolvida em pequenas propriedades, a agricultura familiar comporta aproximadamente 180 mil famílias, ou seja, cerca de 90% da população rural trabalha nesse modelo de produção e apesar de ocuparem apenas 41% da área ocupada por estabelecimentos agrícolas do estado respondem por cerca de 70% do valor da produção agrícola e cerca de 80% do leite produzido em Santa Catarina (CEPA, 2016). No sul do país, 61,6% das propriedades de agricultura familiar trabalham com a pecuária leiteira (GUANZIROLI e CARDIM, 2000).

O leite destaca-se entre os produtos agropecuários de grande importância econômica para o estado de Santa Catarina, contribuindo de maneira significativa na ocupação e renda dos agricultores familiares de quase todo o território Catarinense (CEPA, 2016).

A produção de leite vem se consolidando como uma das principais estratégias de geração de renda na agricultura familiar, devido ao baixo risco de exploração, facilidade de liquidez do capital imobilizado em animais e fluxo mais rápido de receitas quando comparado a outras atividades agrícolas (VILELA, et al. 2002).

No Brasil, de acordo com dados do IBGE, em 2017 foram captados 4,2 bilhões de litros de leite, 4,1 % a mais que a produção nacional do ano de 2016. A atividade está presente em 36% dos estabelecimentos caracterizados como familiar e responde por 52% do Valor Bruto da Produção (EMBRAPA, 2005).

Santa Catarina está em 4º lugar no ranking nacional dos estados que mais produzem leite no Brasil. Em 2016, com um rebanho bovino de aproximadamente 4 499 505 cabeças e 1 116 994 de vacas ordenhadas, a produção de leite catarinense em 2016 foi de 3,1 bilhões de litros de leite (IBGE, 2016).

A região oeste do estado de Santa Catarina é responsável por grande parte da produção agroalimentar do estado, com municípios pequenos e população basicamente rural, o setor primário é responsável pela maior fatia do movimento econômico dos municípios (ALVES e MATTEI, 2006).

De acordo com dados da pesquisa da pecuária municipal, realizada em 2016, a região oeste do estado vem se consolidando como a grande bacia leiteira Catarinense, responde por 76% de todo o leite produzido no estado, aproximadamente 2,4 bilhões de litros em 2016 (IBGE, 2016).

Nesse sentido é importante conhecer a realidade da produção de leite no município de São João do Oeste e caracterizar as propriedades envolvidas para assim entender a relevância dessa atividade para o desenvolvimento socioeconômico do município e da região.

2.2 A PRODUÇÃO DE LEITE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

São João do Oeste é um município localizado no Extremo oeste do estado de Santa Catarina fundado em 1991, possui área territorial de 163. 304 quilômetros quadrados e população estimada em 6 359 pessoas onde aproximadamente 35% dos habitantes residem na zona urbana e 65% no meio rural. O município possui colonização alemã, é referência nacional em educação e possui grande importância para as atividades de agricultura e turismo (IBGE, 2016).

Segundo dados da secretaria de agricultura, São João do Oeste conta com um total de 1132 estabelecimentos rurais ativos distribuídos em 12 comunidades do interior e na sede, onde as principais atividades agrícolas desenvolvidas são a suinocultura, a bovinocultura de leite e a avicultura (RAMBO, 2018).

De acordo com dados do serviço de inspeção municipal, o município conta com oito agroindústrias. Sendo um laticínio, dois abatedouros de bovinos e suínos, um abatedouro de peixes, uma queijaria, uma fábrica de conservas, uma usina de beneficiamento de cana de açúcar e um entreposto de ovos, todos ligados à agricultura familiar.

Está sediada em São João do Oeste a Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São João do Oeste – a COOPAFASJO. Fundada em 2007, a COOPAFASJO conta com 236 famílias associadas e além da produção de leite comercializa a produção de artesanato local, hortifrutigranjeiros, derivados de cana, conservas vegetais e ovos, promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar do município de São João do Oeste.

Totalizando 468 cadastros de produtores de leite, distribuídos em 410 propriedades rurais, a pecuária de leite está presente em aproximadamente 36 % das propriedades rurais do município e o leite “in natura” encontra-se em primeiro lugar no ranking das atividades agrícolas que mais geraram renda para o produtor rural em 2018, sendo responsável por 56,46% da renda bruta produzida pelas principais atividades agrícolas desenvolvidas no município (RAMBO, 2018).

A bovinocultura de leite é imprescindível para a economia do município de São João do Oeste, com um rebanho de bovinos de aproximadamente 26 mil cabeças e cerca de 12 mil vacas ordenhadas, foram produzidos em 2018, 54 milhões de litros de leite “In Natura” e no ano 2017/2018 a produção de leite no município apresentou crescimento de 11,34% (RAMBO, 2018).

O rebanho leiteiro do município de São João do Oeste tem se tornado referência em melhoramento genético e produtividade. A secretaria de agricultura desenvolve, desde 2005, um programa de melhoramento genético que tem trazido ótimos resultados no fortalecimento e expansão da bacia leiteira do município e desponta como referência para outros municípios. De acordo com o coordenador do programa municipal de melhoramento genético, Élio Ravazi, o material genético possui alta qualidade e só em 2018 foram distribuídas 19 mil e 359 doses de sêmen em um investimento de aproximadamente 397 mil reais.

A Secretaria Municipal de Agricultura vem viabilizando, como ferramenta de apoio ao programa de melhoramento genético, a realização de exames de Genotipagem, onde a partir da análise do DNA de um animal jovem é possível saber como será a tendência da sua produção, ou seja, através dos testes de genotipagem é possível ganhar tempo e confiabilidade nas tomadas de decisão e assim direcionar os acasalamentos de acordo com as características a serem melhoradas no rebanho leiteiro. Em 2017, foram testadas 200 novilhas da raça holandesa de 25 propriedades do município possibilitando uma avaliação exata das potencialidades do rebanho e de eventuais pontos a serem melhorados.

Com propriedades pequenas, com área média de 14,3 hectares, e mão de obra basicamente familiar, a produção de leite movimenta a economia, gera renda e impacta positivamente a economia local e regional (RAMBO, 2018). A maioria das propriedades leiteiras do município trabalha através do modelo de produção a pasto e aproximadamente 6% das propriedades aderiram à produção de leite em confinamento.

É evidente que o debate sobre a importância do fortalecimento da agricultura familiar vem ganhando cada vez mais destaque. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, ações de reforma agrária e outras políticas de créditos, incentivos e investimentos em infraestrutura, trouxeram grandes avanços aos pequenos agricultores, entretanto, ainda são insuficientes para determinar um desenvolvimento sólido e promissor para o meio rural (LIMA et al., 2002).

Nesse contexto, o estudo da sucessão rural nas propriedades leiteiras vem com o objetivo de entender os problemas enfrentados pelas propriedades familiares na formação de sucessores e as possibilidades de soluções capazes de amenizar os desafios encontrados na continuidade dessa atividade.

2.3 OS FATORES DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A sucessão é o processo de transferência do capital e do gerenciamento do patrimônio de uma geração para outra (LEONE, 1991).

O processo sucessório compreende-se de três fases: a transferência legal do patrimônio, a continuidade das atividades desenvolvidas anteriormente na propriedade e a saída dos pais do gerenciamento do negócio (ABRAMOVAY et al., 2001).

Faz-se necessário diferenciar sucessão e herança. Mesmo que, quando falamos em sucessão familiar, os termos sucessor e herdeiro estão envolvidos no mesmo processo, o dicionário Aurélio define como sucessor “aquele que substitui outrem num cargo ou função” e herdeiro “aquele que sucede na totalidade da herança ou de parte desta...” (FERREIRA, 1995). Sendo assim, o sucessor pode ser definido como aquele que vai substituir o pai no gerenciamento da propriedade, enquanto o herdeiro é aquele que recebe o patrimônio em detrimento de falecimento.

ADACHI (2006) também defende que, uma única pessoa pode ser sucessor e herdeiro ou ainda pessoas diferentes, podendo, a sucessão e a herança acontecer em momentos diferentes na propriedade.

A população residente no meio rural está envelhecendo, os jovens estão indo em busca de alternativas nos centros urbanos. Além disso, na maioria das propriedades rurais, a questão da sucessão familiar não é encarada com a devida importância que ela merece (CHEMIN, 2010).

O processo de sucessão familiar é um assunto cercado de medos e constrangimentos, pois envolve questões relacionadas à morte e à transferência de poder sobre o capital financeiro da propriedade, sendo muitas vezes protelado para evitar descontentamentos entre os membros familiares. As famílias e as entidades ligadas à agricultura familiar encontram-se despreparadas e há uma falta de embasamento técnico para discutir e executar o processo sucessório dentro da família (ADACHI, 2006; MELLO et al., 2003; SILVESTRO et al., 2001).

Silvestro et al. (2001), defende que é necessário que o processo sucessório seja discutido e planejado desde cedo dentro da família, definindo-se quem será o sucessor e como ocorrerá o processo de sucessão, para que os filhos que vão assumir propriedade recebam uma formação adequada e sejam incluídos nas tomadas de decisões acerca da propriedade e resoluções de problemas da mesma, levando assim ao engajamento dos mesmos com as atividades desenvolvidas na propriedade e evitando que deixem o meio rural por falta de perspectiva profissional.

O processo de sucessão tem como figura central o pai e é ele quem determina a divisão dos bens entre os filhos e faz a transmissão do patrimônio de forma a garantir a permanência de um filho na terra (TEDESCO, 1999).

A perspectiva de sucessão familiar interfere de maneira decisiva nos processos gerenciais e nos investimentos realizados na propriedade. O processo sucessório está intimamente ligado à capacidade de trabalho do pai e é ele quem determina o momento ideal de passar as responsabilidades de gerenciamento da propriedade para o sucessor, não levando em conta as necessidades do sucessor ou mesmo às condições necessárias ao desenvolvimento da propriedade (SILVESTRO et al., 2001).

Estudo realizado por Graf (2016) indica que o cenário de anos atrás, quando ficavam na agricultura apenas os jovens que tinham baixa escolaridade e com isso poucas chances de um bom emprego nos centros urbanos, está ultrapassado. Hoje, os jovens que estão optando por permanecer no campo possuem um nível de estudo avançado e tem clareza de que devem gerenciar a propriedade como uma empresa necessitando estar capacitados e em constante atualização profissional.

De acordo com Silvestro et al. (2001), os agricultores ainda encontram uma grande dificuldade de discutir abertamente os assuntos relacionados à sucessão. De acordo com o autor, mesmo que haja um bom nível de diálogo entre os membros familiares, o planejamento do futuro da propriedade e da sucessão acaba sendo deixado de lado.

Estudo realizado por Zanin et al. (2013), sobre gestão das propriedades rurais do oeste de Santa Catarina, identificou que 59% dos gestores rurais pretendem ficar na área enquanto puder trabalhar, mas apenas 3% deles afirmaram que no momento em que deixarem a propriedade os filhos irão dar continuidade as atividades produtivas nela desenvolvida.

Já Wink et al. (2013), em estudo abordando 12 municípios da região oeste de Santa Catarina identificou que 55,6% das propriedades não possuem um descendente que demonstre interesse em dar continuidade as atividades produtivas desenvolvidas pela família (WINK et.al. 2013).

Da mesma forma, Silvestro et al. (2001), identificou que 69% dos rapazes e 32% das moças da região oeste Catarinense demonstraram desejo de permanecer na atividade agrícola familiar, mas esses mesmos jovens têm clareza das dificuldades para a realização da sua vocação. O mesmo autor reitera que no Extremo Oeste Catarinense 42% das propriedades são descapitalizadas, ou seja, possuem estrutura precária, fato este que traz desafios ao sucessor.

Sobre os fatores determinantes para a formação de jovens sucessores no campo, pesquisas desenvolvidas no oeste de Santa Catarina por Abramovay et al. (1998) e Silvestro et al. (2001), além de estimar a porcentagem de jovens com intenções de permanecer na atividade dos pais, buscaram caracterizar as propriedades rurais e examinar as expectativas dos jovens e as circunstâncias em que ocorre a sucessão familiar nas propriedades.

Silvestro et al. (2001), sobre o momento da transferência do controle da propriedade de pai para filho, demonstrou que apenas 23% dos pais concordam em passar o gerenciamento da propriedade para o filho quando este estiver preparado para assumir as responsabilidades, enquanto a maioria dos pais afirmaram que enquanto conseguir gerenciar a propriedade, a sucessão não ocorrerá.

De acordo com Abramovay et al. (1998), um dos principais entraves para a ocorrência da sucessão familiar nas propriedades familiares é o fato de que o pai gerencia o estabelecimento sem a participação efetiva dos sucessores, restando aos filhos apenas o desenvolvimento dos trabalhos e a espera pelo momento da sucessão, fato este que, segundo o autor compromete o desenvolvimento da propriedade e inibe a capacidade de gestão dos filhos, desmotivando-os e levando-os a deixar a propriedade.

Spanevello (2008) concorda que os fatores relacionados à continuidade dos estabelecimentos agropecuários estão, na maioria das vezes, relacionados à dinâmica interna do grupo familiar, ou seja, a família e as relações interpessoais refletem diretamente na decisão de o jovem assumir a propriedade ou buscar outra alternativa de sobrevivência.

Entre os vários desafios encontrados pelos jovens para dar continuidade ao trabalho desenvolvido na propriedade dos pais, Silvestro et al. (2001) cita a insuficiência de terra, a falta de capital para investimentos e a falta de novas oportunidades de renda no meio rural.

Wink et al. (2013), concorda que os principais entraves para a formação de sucessores nas propriedades rurais são a falta de capital para ampliar as áreas de terra disponíveis e para realizar investimentos na propriedade, visando atender à modernização que o setor agrário

exige. O autor defende que para que o jovem fique no campo é necessário viabilizar o aumento da produção, oportunizar a capacitação profissional e promover o aumento da renda.

Estudo desenvolvido por Stuaní (2016) evidenciou que o principal desafio enfrentado na agricultura familiar e que desmotiva os jovens a permanecerem na atividade são a diminuição dos rendimentos na atividade consequência da queda dos preços dos produtos agrícolas e aumento nos preços dos insumos.

No que tange aos principais fatores que influenciam na definição do filho que assumirá como sucessor da propriedade rural, Costa (2010), em sua tese de mestrado identificou que a afinidade com o meio rural e com as atividades desenvolvidas na agricultura e o bom relacionamento com os pais são os de maior relevância na definição do sucessor. Essa constatação deixa claro que o processo de sucessão está cerceado por tradições e costumes que são repassados de geração em geração.

Da mesma forma, o processo sucessório ainda é envolto em questões de desigualdade entre os gêneros. Os filhos têm o apoio dos pais para permanecerem no campo enquanto as filhas são estimuladas a procurarem a realização profissional na cidade, o que leva à masculinização do meio rural (ABRAMOVAY, 1998).

Em sua tese, Adriana Maria da Silva Costa, diagnosticou que a distribuição das terras de forma igualitária entre filhos homens e mulheres ainda está longe de ser realidade, geralmente a filha recebem compensações irrisórias como enxovais e animais de produção apenas no momento do casamento ou, quando se casam com agricultor, recebem um pedaço de terra na maioria das vezes menos produtiva. A autora também identificou que na maioria das famílias é dado preferência ao filho mais velho para assumir o papel de sucessor e o mesmo recebe a herança enquanto os pais ainda estão vivos como forma de doação patrimonial (COSTA, 2010).

Estudo desenvolvido por Spanevello (2008) avaliou o processo social da sucessão entre agricultores no Rio Grande do Sul identificando que a transmissão do patrimônio ocorreu na sua grande maioria para um só filho homem, ocorrendo formas variadas de compensação para os demais.

Panzutti (1997) defende que a existência de um maior número de sucessores do sexo masculino no meio rural expressa claramente como o poder se distribui no interior da família, onde o trabalho de gestão do estabelecimento é privilégio masculino e a mulher na maioria das vezes não tem poder de decisão sobre os destinos da propriedade.

Observa-se que a sucessão familiar é um processo multidimensional influenciado por vários fatores e que acabam refletindo diretamente no processo de desenvolvimento socioeconômico rural, principalmente naqueles municípios onde a produção agroalimentar tem grande importância econômica.

A permanência dos jovens no meio rural é fundamental para o desenvolvimento do nosso país e de acordo com Silvestro et al. (2001), o sucesso da questão sucessória depende fundamentalmente da implementação de ações que visem o conhecimento de todo o processo de sucessão.

Sendo assim, destaca-se a importância da sucessão rural, foco deste estudo no município de São João do Oeste – SC. O próximo capítulo contém a metodologia com os procedimentos e técnicas utilizadas para a realização do presente estudo.

3 METODOLOGIA

O estudo do processo de sucessão familiar em propriedades leiteiras foi realizado no município de São João do Oeste, com as famílias que se utilizam da bovinocultura de leite como principal fonte de renda e que possuem no grupo familiar, jovens residindo e trabalhando juntamente com os pais.

O principal objetivo desse artigo consistiu em caracterizar a atividade leiteira do município e compreender a realidade do processo de sucessão familiar em propriedades que trabalham com a bovinocultura de leite.

A partir do problema evidenciado, o qual trata da sucessão familiar em propriedades leiteiras, pretende-se aqui definir a metodologia que possibilite atingir os objetivos propostos no trabalho.

De acordo com Matias-Pereira (2012), a pesquisa científica consiste na definição e busca intelectual da solução para um problema pendente de resolução, através do uso de informações e métodos investigativos. Os procedimentos metodológicos a serem utilizados dependem do problema a ser pesquisado, ou seja, a partir da caracterização do problema de pesquisa apresentado, define-se o tipo de pesquisa a ser utilizado, o método de abordagem, a coleta de dados, a delimitação do universo pesquisado, a amostragem, a definição das características a serem analisadas e os procedimentos para análise dos dados coletados.

Tendo em vista esses aspectos, trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa do tipo descritiva, composta inicialmente por um levantamento bibliográfico onde foram levantadas informações acerca do tema, uma pesquisa documental junto à Secretaria de Agricultura do Município de São João do Oeste sobre os produtores rurais que desenvolvem a atividade leiteira no município e uma pesquisa de campo onde foram envolvidos os jovens que residem e desenvolvem em conjunto com os pais a pecuária leiteira.

De acordo com Matias-Pereira (2012), a pesquisa descritiva busca, através de dados buscados na sua origem, conhecer problemas sociais, políticos, econômicos e aspectos comportamentais do ser humano. Sendo assim, este estudo utilizou-se dos dois desdobramentos da pesquisa descritiva, a bibliográfica e a documental.

A partir da análise documental, levantou-se que, de acordo com dados da Secretaria de Agricultura do município de São João do Oeste, o município possui 1132 estabelecimentos rurais cadastrados e a produção de leite está distribuída em 468 cadastros de produtor de leite no município, em 410 propriedades rurais.

Os sujeitos da pesquisa são jovens filhos de agricultores que residem na propriedade rural, na faixa etária entre 15 e 35 anos, de ambos os sexos e que desenvolvem juntamente com os pais a atividade leiteira na propriedade, seja como trabalho exclusivo, conciliado com outra atividade na propriedade ou conciliado com os estudos. Sendo assim, foram incluídos nessa pesquisa apenas um dos jovens de cada propriedade leiteira, sendo escolhido de forma aleatória e descartando-se aqueles que trabalham no meio urbano.

O estudo de campo foi realizado entre agosto de 2018 e Abril de 2019, onde identificou-se que das 410 propriedades rurais que trabalham com a bovinocultura de leite, 210 estabelecimentos possuem no grupo familiar jovens na faixa etária entre 15 e 35 anos e que se enquadram na pesquisa.

Sendo assim, o universo da pesquisa compõe-se de 210 propriedades rurais e a amostra segue o modelo probabilístico, com intervalo de confiança de 95% pois foram entrevistados 172 jovens dentre uma população de 210 que se enquadraram na pesquisa.

Em relação aos procedimentos técnicos seguidos para a coleta de dados, trata-se de um estudo de campo onde foram observados de forma direta os fatores relacionados ao objeto de estudo e utilizadas entrevistas que conduzam a um maior conhecimento dos fatos.

Para a coleta de dados aplicou-se um questionário individual in locu para 172 jovens, baseado em um roteiro de perguntas previamente estruturado com perguntas fechadas onde inicialmente foi questionado se o jovem possui interesse em continuar a atividade leiteira desenvolvida pelos pais, identificando-se assim possíveis sucessores para a atividade leiteira. A partir desses dados foi possível construir uma estimativa de quantas propriedades leiteiras do município possui um possível sucessor para a atividade.

Além dessa estimativa, para alcançar os objetivos propostos, o questionário buscou identificar o perfil dos jovens que trabalham na atividade leiteira, caracterizar as propriedades envolvidas no estudo e identificar os fatores que influenciam diretamente na decisão de assumir ou não a propriedade dos pais, evidenciando possíveis soluções que amenizem as dificuldades encontradas.

Objetivando aprofundar o conhecimento da realidade vivenciada no processo de sucessão rural na atividade leiteira esse trabalho deu ênfase às principais dificuldades da atividade leiteira e identificar fatores favoráveis e dificuldades, além de outros determinantes que influenciam diretamente na formação de uma nova geração de agricultores familiares produtores de leite.

A análise dos dados ocorreu através de análise estatística descritiva e os principais resultados são apresentados a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de conhecer as questões envolvidas no processo de sucessão familiar em propriedades leiteiras no município de São João do Oeste, através de pesquisa documental na secretaria de agricultura, identificou-se que o município possui 1132 estabelecimentos rurais cadastrados, distribuídos em 12 comunidades do interior e na sede. A Bovinocultura leiteira está presente como atividade geradora de renda em 410 (36,21%) das 1132 propriedades rurais através de 468 cadastros de produtores de leite.

Na pesquisa de campo, identificou-se que das 410 propriedades que trabalham com leite, 210 propriedades possuem no núcleo familiar jovens com idade entre 15 e 35 anos e que desenvolvem a atividade leiteira em conjunto com os pais.

A sucessão nas propriedades rurais que trabalham com a produção de leite no município de São João do Oeste, pode ser considerada um problema a ser enfrentado em breve, pois das 410 propriedades que desenvolvem a atividade leiteira apenas 210, ou seja, 51,21% possuem em seu núcleo familiar um ou mais jovens que residem e trabalham juntamente com os pais na atividade leiteira.

Quando esses jovens foram questionados sobre a pretensão de permanecer na propriedade dos pais dando continuidade ao trabalho na bovinocultura leiteira 58,13% deles, ou seja, 100 pessoas responderam que sim, 15,69% responderam que pretendem deixar a propriedade e ir em busca de novas oportunidades e 26,16% ainda não tomaram uma decisão concreta sobre isso.

Ao aprofundarmos a análise desses resultados e levarmos em conta que de um total de 410 propriedades, apenas 210 possuem jovens no núcleo familiar, podemos concluir que apenas 24,39% do total das propriedades leiteiras possuem, no momento, perspectiva de sucessão familiar e 75,60% das propriedades provavelmente não terão a continuidade de suas atividades garantidas por um membro familiar.

Estes resultados se aproximam aos resultados de Wink et al. (2013) que, ao indagar produtores rurais do Oeste de Santa Catarina sobre a existência de algum sucessor, levantou um total de 55,6% de propriedades rurais sem um interessado em dar continuidade às atividades desenvolvidas na propriedade e 38,3% com perspectiva de sucessão.

Sendo assim, os principais resultados acerca da caracterização dos jovens agricultores que desenvolvem a atividade leiteira no município, das características das propriedades envolvidas com a produção de leite e dos fatores envolvidos no processo de sucessão familiar, são apresentados a seguir.

4.1 PERFIL DOS JOVENS QUE RESIDEM E TRABALHAM COM OS PAIS NA PROPRIEDADE RURAL LEITEIRA

De um total de 172 entrevistados, identificou-se que os jovens que estão no meio rural residindo e trabalhando juntamente com os pais na bovinocultura de leite são em sua maioria do sexo masculino, possuem idade entre 15 a 20 anos e o ensino médio completo.

Abaixo, a tabela 1 apresenta o gênero, faixa etária e escolaridade dos jovens que residem e trabalham com os pais na atividade leiteira e a relação dessas características com a intenção de permanecer ou não na propriedade dos pais dando continuidade aos trabalhos nela desenvolvidos.

Tabela 1 – Gênero, faixa etária e escolaridade dos jovens que estão na atividade leiteira

Características dos jovens estudados	Pretende suceder os pais na atividade leiteira			N
	Sim	Não	Não decidiu ainda	
Gênero				
Masculino	74	9	26	109
Feminino	26	18	19	63
Faixa etária (em anos)				
De 15 a 20 anos	27	19	30	76
De 21 a 25 anos	27	2	11	40
De 26 a 30 anos	14	4	1	19
De 31 a 35 anos	32	2	3	37
Escolaridade				
Ensino fundamental completo	4	3	3	10
Ensino médio completo	50	16	27	93
Técnico profissionalizante ou casa familiar rural	22	4	2	28
Superior completo ou em andamento	19	4	11	34
Pós-graduação completa ou em andamento	5	0	2	7
Total de respostas	100	27	45	172

Fonte: A autora (2019).

Conforme a tabela 1, identificou-se que os jovens que residem e trabalham juntamente com os pais e que afirmaram possuir pretensão de suceder os pais na atividade leiteira são a grande maioria, 74% do sexo masculino, possuem idade entre 31 e 35 anos (32%) e ensino médio completo. Se analisarmos esses mesmos elementos caracterizadores dos jovens que pretendem deixar a propriedade dos pais ou que ainda não decidiram seu futuro profissional, podemos perceber que os jovens que não relataram interesse em continuar na propriedade são em sua maioria do sexo feminino, possuem idade entre 15 e 20 anos e ensino médio completo. Da mesma forma, Abramovay e Camarano (1999), em estudo sobre êxodo rural, identificou que o meio rural está envelhecendo e masculinizando, colocando em risco o futuro das propriedades.

Zanin et al. (2013), em estudo envolvendo 210 propriedades rurais em três municípios da região oeste de Santa Catarina, também identificou que das 210 propriedades estudadas, 203 são gerenciadas por pessoa do sexo masculino enquanto que apenas 7 propriedades rurais são geridas por mulheres.

A desigualdade entre os gêneros, no que tange à sucessão familiar rural também foi identificada por Silvestro et al. (2001), que identificou que a grande maioria dos jovens com

interesse em permanecer no meio rural no oeste de Santa Catarina são do sexo masculino. Possíveis implicações para essa disparidade, de acordo com Abramovay (1998), seria o fato de que os filhos homens recebem maior apoio dos pais para permanecer na propriedade enquanto as filhas são incentivadas a buscarem realização profissional na cidade e Panzutti (1997), similarmente concorda que a predominância do sexo masculino sobre o patrimônio fundiário evidencia traços culturais antigos da desigualdade entre os gêneros.

Apesar da maioria dos jovens que estão no meio rural exercendo a atividade leiteira possuírem apenas o ensino médio completo, se correlacionarmos os dados, idade e escolaridade, identificamos que dos jovens que possuem acima de 21 anos de idade e que, portanto, teriam idade suficiente para terem concluído o ensino médio e estarem avançando nos estudos, 58,3% possuem curso técnico profissionalizante, curso superior ou pós-graduação completo ou em andamento.

Esses resultados vão ao encontro de estudos anteriores, como os de Graf (2006) e Silvestro (2001), que indicam que o cenário no campo está mudando e hoje os jovens que optam por permanecer na agricultura possuem um nível de escolaridade mais avançado e têm consciência de que necessitam estar capacitados e em constante atualização profissional para exercer com sucesso o gerenciamento da propriedade.

Da mesma forma, esses dados relativos à escolaridade, deixam claro a valorização e incentivo que o município de São João do Oeste e a população que aqui vive prestam à educação. De acordo com o IBGE, o município já foi tricampeão nacional em alfabetização e ocupou o segundo lugar na lista dos municípios mais alfabetizados do país.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES ENVOLVIDAS NO ESTUDO

O perfil das propriedades leiteiras do município de São João do Oeste baseia-se no modelo de agricultura familiar, onde pequenos proprietários rurais desenvolvem a atividade e geram renda tendo como mão de obra, essencialmente o núcleo familiar.

Houve uma predominância de propriedades com área entre aproximada entre 11 e 20 hectares, ou seja, 64 propriedades, representando 37,2% da amostra. De forma geral, percebe-se que a maioria das propriedades é de pequeno porte, com área de até 30 hectares e apenas 22,67% das propriedades pesquisadas possuem acima de 31 hectares.

Cerca de 22% das propriedades pesquisadas possuem apenas o leite como fonte de renda. Nas propriedades que possuem outra atividade geradora de renda associada à produção de leite, a suinocultura, seguida do gado de corte e da lavoura desponta como a principal atividade desenvolvida. Vale ressaltar aqui, que na maioria das propriedades leiteiras, o leite aparece como principal fonte de renda e as demais atividades anteriormente citadas possuem menor expressividade no contexto geral da produção.

Em relação aos números da produção de leite, houve uma predominância de propriedades produzindo entre 11 e 20 mil litros mensais e se observarmos a totalidade das propriedades envolvidas no estudo, percebe-se que a maioria das propriedades produz até 30 mil litros mensais e apenas 6,39% das propriedades tem produção mensal acima de 41 mil litros de leite.

Com relação a mão de obra utilizada, verificou-se, que na maioria das propriedades a execução das tarefas é feita exclusivamente pelos membros da família, ou seja, 145 propriedades, representando 84,3% da amostra, o que caracteriza a atividade leiteira do município como essencialmente familiar. Em apenas 3,4% dos estabelecimentos rurais existem acima de dois funcionários contratados.

A seguir, a tabela 2 demonstra as principais características das propriedades que trabalham com a bovinocultura de leite no município de São João do Oeste: área aproximada (em hectares), outras atividades que juntamente com o leite geram renda na propriedade,

produção média mensal de leite e tipo de mão de obra utilizada.

Tabela 2 – Caracterização das propriedades produtoras de leite

Indicadores	N	%
Área aproximada da propriedade (hectares)		
Menor que 10	20	11,62
Entre 11 e 20	64	37,20
Entre 21 e 30	49	28,48
Acima de 31	39	22,67
Atividades que geram renda (juntamente com o leite)		
Suíños	45	26,16
Aves	09	5,23
Gado de corte	40	23,25
Lavoura	40	23,25
Nenhuma outra atividade ou alguma não citada acima	38	22,09
Produção média de leite (mensal)		
Até 10 mil litros	53	30,81
De 11 a 20 mil litros	64	37,20
De 21 a 30 mil litros	30	17,44
De 31 a 40 mil litros	14	8,13
Acima de 41 mil litros	11	6,39
Mão de obra utilizada		
Somente Familiar	145	84,30
Um ou dois funcionários	21	12,20
Acima de 2 funcionários	6	3,48
Total de propriedades incluídas no estudo	172	100

Fonte: A autora (2019).

Zanin et al. (2013), em estudo envolvendo 210 propriedades rurais em três municípios da região oeste de Santa Catarina, também identificou que das 210 propriedades estudadas, a atividade leiteira está presente em 130 propriedades e a produção de leite desponta como principal atividade e fonte de renda em 86 propriedades.

Pode-se observar que apesar da grande demanda de trabalho exigida no desenvolvimento da atividade leiteira, existe uma divisão das tarefas e responsabilidades entre os membros familiares possibilitando que a rotina diária seja cumprida de forma organizada.

4.3 PERCEPÇÃO DOS JOVENS ACERCA DO TRABALHO NA BOVINOCULTURA LEITEIRA

Em relação às experiências profissionais já vivenciadas pelos jovens que hoje estão na atividade leiteira, 54,06% nunca trabalharam fora da propriedade dos pais e 45,93% já experimentaram alguma outra ocupação no meio urbano.

A maioria dos jovens, 48,25% mesmo entre aqueles que pretendem continuar na propriedade, consideram a profissão do agricultor/ produtor de leite pouco valorizada, mas por outro lado, entre aqueles que pretendem suceder os pais, quase metade afirmou acreditar em uma melhor valorização dessa profissão no futuro.

A tabela 3 demonstra as experiências laborais já vivenciadas pelos jovens que trabalham na atividade leiteira, a percepção dos mesmos acerca do trabalho rural que executam e sua relação com a intenção de permanecer ou não na propriedade dos pais.

Tabela 3 – Percepção dos jovens acerca do trabalho que executam

Características dos jovens estudados	Pretende suceder os pais na atividade leiteira			N
	Sim	Não	Não decidiu ainda	
Já trabalhou fora da propriedade				
Sim	42	17	21	79
Não	58	10	24	93
Visão sobre a valorização do agricultor/ produtor de leite				
Profissão valorizada	3	5	5	13
Pouco valorizada	47	14	23	83
Tende a ser mais valorizada no futuro	46	6	13	67
Sem perspectiva de melhor valorização	4	2	4	9
Satisfação pessoal com o trabalho que executa				
Bom	71	18	22	58
Regular	29	9	20	109
Ruim	0	0	3	5
Remuneração recebida pelo trabalho na propriedade				
Salário fixo pré-estabelecido	22	1	9	30
Percentual da produção	7	3	5	15
Despesas pessoais são custeadas	35	20	30	85
Fica com o lucro e decide quanto gastar ou investir	36	3	1	42
Participa nas decisões familiares acerca da propriedade				
Sim	99	15	32	145
Não	0	4	4	8
Raramente	1	8	9	19
Total de respostas	100	27	45	172

Fonte: A autora (2019).

Observou-se que a maioria dos jovens está satisfeita com o trabalho que executa, mesmo entre aqueles que não possuem pretensão de continuar na propriedade houve um baixo índice de insatisfeitos o que justifica a porcentagem de jovens que afirmaram que o fato de gostar da atividade é um fator determinante para permanecerem no meio rural.

Wink et al. (2013), ao estudar o processo sucessório em propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina, também identificou que 78% dos agricultores estão satisfeitos com a atividade agrícola e relacionam essa satisfação com a renda, com o gosto pela atividade e com a tradição familiar no meio rural, mesmo percebendo uma certa desvalorização da profissão agricultor pela sociedade.

A oportunidade de participar ativamente nas decisões familiares sobre as organizações e investimentos da propriedade está diretamente ligada à decisão do jovem de ser sucessor, dos 145 jovens que participam das tomadas de decisão sobre a propriedade, 99 deles relataram pretensão de continuar na atividade leiteira. Tedesco (2001) afirma que, para que o funcionamento e direcionamento das atividades da propriedade sejam mantidos, as principais decisões da propriedade devem ser discutidas em conjunto com toda a família.

4.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA SUCESSÃO FAMILIAR NAS PROPRIEDADES LEITEIRAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE - SC

Os jovens agricultores que permanecem na propriedade dos pais trabalhando com a bovinocultura de leite em São João do Oeste possuem como principal incentivo o fato de gostar da atividade. O fato de ser dono do próprio negócio podendo trabalhar com flexibilidade de horários é outro fator relevante na decisão de permanecer na propriedade.

A tabela 4 apresenta os principais fatores capazes de interferir na tomada de decisão dos jovens em permanecer ou deixar o meio rural e a propriedade dos pais.

Tabela 4 – Fatores interferentes na permanência dos jovens no campo

Fatores	N	Total de respostas
Fatores que dificultam a permanência dos jovens na propriedade		
Falta de infraestrutura na propriedade e de capital para investimentos	61	167
O trabalho é pesado/ sofrido	23	
Falta de capacitação ou orientação técnica adequada	14	
Falta de mão de Obra	35	
Renda insuficiente	34	
Não responderam	5	
Fatores capazes de incentivar a permanência dos jovens na propriedade		
Gostar da atividade	64	165
Ser dono do próprio negócio com possibilidade de horários flexíveis	43	
Qualidade de vida (alimentos saudáveis, tranquilidade, etc)	40	
Renda, ganho financeiro que a atividade leiteira proporciona	6	
Alto investimento/ patrimônio já existente na propriedade	12	
Não responderam	7	

Fonte: A autora (2019).

O principal fator limitante para a permanência desses jovens no campo é a falta de infraestrutura das propriedades rurais e de capital para realizar investimentos. A falta de mão de obra e a renda insuficiente também foram fatores amplamente citados pelos jovens.

Sob o mesmo ponto de vista, Abramovay (1998), identificou como principais obstáculos ao exercício da profissão agrícola, a falta de capital para aquisição de equipamentos e instalações na propriedade e a falta de capacitação/ orientação técnica e gerenciamento. O mesmo autor defende que a estrutura da propriedade rural em que o jovem está inserido está diretamente relacionada à perspectiva de continuidade da propriedade, ele classificou os agricultores em três categorias: em exclusão, em transição e agricultores consolidados e desta forma, identificou que nas unidades produtivas consolidadas a maioria já tem definido quem será o sucessor ou pelo menos estão certos de que alguém ficará na propriedade, enquanto que entre os agricultores em exclusão ou em processo de transição a grande maioria ainda não tem um sucessor definido e tem dúvidas quanto a continuidade de seu negócio.

Entre os jovens que afirmaram que irão continuar na propriedade dos pais, a falta de infraestrutura na propriedade e de recursos para realizar investimentos, também é a principal preocupação. Estudo realizado por Silvestro et al (2001), também evidencia que a descapitalização das propriedades rurais é um dos grandes entraves para a permanência dos jovens no campo, o autor cita que 42% das propriedades rurais no Extremo Oeste Catarinense

são descapitalizadas e ao serem repassadas ao sucessor, seu gerenciamento torna-se um desafio.

Os fatores que influenciam na tomada de decisão dos jovens em assumir ou deixar a propriedade dos pais estão de acordo com estudo realizado por Stuani (2016) no município de Nova Araçá - RS, que também identificou o fato de gostar da atividade como fator determinante para a permanência dos jovens no meio rural, enquanto a baixa remuneração gera insatisfação e incentiva o êxodo rural. Pieper (2014), em estudo realizado sobre sucessão familiar rural com agricultores no Rio Grande do Sul também identificou o fato de gostar do campo como principal motivo para se trabalhar na agricultura.

Esses resultados relativos aos fatores capazes de interferir nas decisões dos jovens acerca de sua permanência no campo vão ao encontro de outros estudos anteriormente realizados, como o de Costa (2010), que também identificou que a afinidade com as atividades rurais e o bom relacionamento interfamiliar possuem relevância na definição do sucessor.

Ainda sobre os fatores envolvidos no processo sucessório em propriedades leiteiras, a tabela 5 apresenta a percepção dos jovens acerca de como ocorre o processo de sucessão familiar e como ele influencia na intensão de permanecer ou não na propriedade dos pais.

Tabela 5 – Percepção dos jovens acerca do processo de sucessão familiar

Questionamento	Pretende suceder os pais na atividade leiteira			N
	Sim	Não	Não decidiu ainda	
Sobre o processo de sucessão familiar				
Está decidido quem assumirá a propriedade e o sucessor está sendo preparado para isso	90	13	12	115
O assunto nunca foi discutido em família	7	7	29	43
Isso será discutido apenas após o falecimento dos pais	3	7	4	14
Momento em que será feita a transferência do gerenciamento da propriedade				
Quando o sucessor/ filho estiver preparado	40	9	4	53
Quando os pais se aposentarem	26	3	4	33
Não será feita enquanto os pais puderem trabalhar	12	10	17	39
Não pensaram ainda	22	5	20	47
Dificuldades encontradas no processo de sucessão				
Falta de incentivo dos pais	13	8	8	29
Existência de conflitos entre os familiares	18	4	17	39
Falta de planejamento	17	7	16	40
Falta de apoio técnico/profissional	14	4	4	22
Não foram encontradas dificuldades	38	4	0	42
Total de respostas	100	27	45	172

Fonte: A autora (2019).

As percepções dos jovens acerca do processo de sucessão familiar indicaram que esse assunto ainda é cercado de medos e constrangimentos e a discussão sobre esse processo acaba não acontecendo com clareza, impactando negativamente no planejamento e sucesso futuro das propriedades.

O processo de transição do gerenciamento das propriedades ainda é vivenciado de uma forma bastante incerta. Observou-se que, na maioria das propriedades já está definido quem será o sucessor e o filho está sendo preparado para isso, entretanto quando aprofundamos o questionamento acerca de como ocorrerá o processo sucessório, identificou-se que os jovens têm consciência de que a transferência do gerenciamento da propriedade não está diretamente ligada à capacitação gerencial do sucessor, mas a fatores diversos como aposentadoria, força e capacidade de trabalho dos pais ou a família ainda não pensou sobre o momento ideal para transferir ao filho o gerenciamento da propriedade.

Abramovay et al. (2003) e Silvestro et al. (2001) concordam que o processo sucessório ainda é um tema que incomoda, pois envolve discussões sobre a morte e a transferência de poder sobre o patrimônio da família. Os autores defendem que é essencial que a família esteja preparada e aberta a discussões sobre o planejamento futuro da propriedade e que sejam definidos desde cedo quem sucederá os pais, quando ocorrerá e como será feito esse processo. Wink et al. (2013) também concorda que a sucessão nas propriedades rurais geralmente acontece de forma lenta e problemática e depende substancialmente da capacidade de diálogo aberto entre pais e filhos, para que se chegue a um entendimento satisfatório.

Outro fator de grande relevância no processo de sucessão familiar são as relações interfamiliares. Tanto os jovens que demonstraram pretensão de suceder os pais na atividade leiteira quanto àqueles que ainda não tomaram uma decisão sobre seu futuro profissional, citaram que a existência de conflitos entre os familiares foi a principal dificuldade no processo de sucessão familiar. A convivência harmoniosa no núcleo familiar associada a uma maior abertura para diálogo desencadeia um melhor planejamento sobre o futuro da propriedade e os jovens sentem maior segurança para vislumbrar suas expectativas, aspirações e seu futuro no campo.

Na opinião dos jovens que pretendem deixar a propriedade, a principal dificuldade encontrada no processo de sucessão familiar, foi a falta de incentivo dos pais. Abramovay (1998) reconheceu que existe uma divergência entre as respostas de pais e filhos quando o assunto é a influência sobre o futuro profissional dos jovens, ele verificou que mais da metade dos pais afirmam influenciar os filhos a permanecer na agricultura, enquanto que, ao questionar os filhos, 80,65% deles afirmaram que os pais não se posicionaram a favor nem contra a sua permanência na agricultura, o que nos leva a acreditar, portanto, que há uma dificuldade de diálogo e entendimento entre os pais e os filhos.

Wink et al. (2013), concorda que é necessário que os pais recebam orientação sobre estratégias de abordagem do tema sucessão, pois muitas vezes apesar de terem interesse que seus filhos permaneçam na propriedade rural, os pais não conseguem dialogar de forma efetiva com os filhos. O mesmo autor identificou, em estudo sobre o processo sucessório em propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina, que 60,9% dos pais incentivam os filhos a permanecerem na propriedade, enquanto que 26,1% preferem não influenciar na decisão profissional dos filhos devido a insatisfações pessoais com a agricultura.

Sendo assim, faz-se necessário que se desenvolvam mecanismos capazes de incentivar os jovens produtores rurais a permanecerem no campo, através de apoio técnico qualificado e programas que amenizem as dificuldades peculiares regionais encontradas, garantindo melhoria da qualidade de vida, rentabilidade e valorização para o agricultor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a sucessão nas propriedades rurais que trabalham com a bovinocultura leiteira no município de São João do Oeste - SC, pode ser considerada um problema a ser enfrentado em breve, pois quase metade das propriedades rurais inseridas na atividade leiteira não possuem em seu núcleo familiar, jovens que residem e trabalham

juntamente com os pais na propriedade.

Por outro lado, parte significativa dos jovens que hoje estão na atividade leiteira, 58,13% manifestou pretensão de permanecer na propriedade e investir nela. Quanto ao perfil dos jovens que estão no meio rural residindo e trabalhando juntamente com os pais na bovinocultura de leite, observou-se que a maioria é do sexo masculino, possuem idade entre 15 a 20 anos e o ensino médio completo.

Identificou-se ainda, uma discrepância entre o sexo masculino e feminino, no que tange à perspectiva de permanência no campo, sendo muito mais alto o interesse manifestado pelo público masculino, o que reafirma o diagnóstico de Abramovay e Camarano (1999), assinalando a predominância do sexo feminino no êxodo rural e evidenciando, pela observação dos aspectos analisados, que o meio rural está envelhecendo e masculinizando, colocando em risco o futuro das propriedades.

Entre as características estruturais das propriedades rurais envolvidas no estudo, constatou-se que em sua maioria são de pequeno porte, ou seja, a produção de leite do município de São João do Oeste baseia-se no modelo de agricultura familiar, onde pequenos proprietários rurais desenvolvem a atividade e geram renda utilizando-se basicamente a mão de obra da família.

Os jovens agricultores que permanecem na propriedade dos pais trabalhando com a bovinocultura de leite em São João do Oeste possuem como principal incentivo o fato de gostar da atividade e a falta de infraestrutura das propriedades rurais e de capital para realizar investimentos foi identificado como o principal fator limitante para a permanência desses jovens no campo.

O processo sucessório das propriedades rurais ainda é vivenciado de uma forma bastante incerta. As percepções dos jovens acerca do processo de sucessão familiar indicaram que esse assunto ainda é cerceado de medos e constrangimentos e a discussão sobre esse processo acaba não acontecendo com clareza, impactando negativamente no planejamento e sucesso futuro das propriedades.

Levando em consideração esses aspectos, faz-se necessário que se desenvolvam mecanismos capazes de incentivar os jovens produtores rurais a permanecerem no campo, através de apoio técnico qualificado e programas que amenizem as dificuldades peculiares regionais encontradas, garantindo melhoria da qualidade de vida, rentabilidade e valorização para o agricultor.

Dessa forma, a população rural do município de São João do Oeste e a representatividade que a atividade leiteira possui para o movimento econômico do município justifica a necessidade de implementação de mecanismos capazes de fomentar a mecanização e aquisição das instalações necessárias para o produtor, possibilitando a estruturação das propriedades e despertando assim, o interesse dos jovens pelo meio rural e a valorização dos mesmos.

Evidencia-se que estudos sobre organização produtiva, gênero e divisão do trabalho que busquem identificar a situação da mulher no meio rural e no contexto da atividade leiteira poderiam ser de grande importância para trazer a tona discussões sobre a autonomia da mulher agricultora, violência contra a mulher no contexto rural e a importância do acesso das mulheres a benefícios governamentais pensados para as mulheres rurais, poderiam contribuir de forma expressiva na busca de soluções que incentivem a permanência das mulheres no campo e a sua maior inclusão nos processos sucessórios das propriedades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri, Brasília: Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td_0621.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998, 101 p. 2º ed.

ALVES, P.A.; MATTEI, L.F. **Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Anais...Caxambú – MG – Brasil, 2006.

ADACHI, Pedro Podboi. **Família S. A.:** gestão de empresa familiar e solução de conflitos. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 2006.

BRASIL, IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal**, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BRASIL, IBGE. **Censo Agropecuário**, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.

CEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – Epagri/ Cepa. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016 – 2017**. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese-Anual-da-Agricultura-SC_2016_17.pdf>. Acesso em: 29 de mai. 2018.

CHEMIN, Beatris Francisca; AHLERT, Lucildo. **A sucessão patrimonial na agricultura familiar**. Estudo & Debate, Lajeado, v. 17, n. 1, p. 49-74, 2010. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/533/525>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

COSTA, Adriana Maria da Silva. **Fatores econômicos e culturais da sucessão na agricultura familiar: um estudo sobre o oeste catarinense**. Tese (*magister scientiae* - extensão rural) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, p. 159, 2010.

EMBRAPA, **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/>>. Acesso em 22 mai. 2018.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

GRAF, L. V. **Gestão da propriedade rural: um estudo sobre a autonomia do jovem na gestão da propriedade rural**. Lajeado, 2016. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1472/1/2016LucioVicenteGraf.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF: INCRA/FAO, MDA, 2000. Disponível em: <www.INCRA.gov.br/fao>. Acesso em: 15 mar. 2018.

LEONE, N. M. de G. **A sucessão não é um tabu para os dirigentes da P.M.E**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 15., 1991, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 1991. p. 243-257.

LIMA, D. M de A.; WILKINSON, J (org). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/ Paralelo 15, 2002, p. 347 – 360.

MELLO, Márcio Antonio de et al. . **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**. São Paulo: 2003. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-03-2.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

PANZUTTI, Nilse da Penha Migueles. **Mulher Rural: eminência oculta**. Cadernos CERU. Serie 2 – nº 8 – 1997. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/74975/78535>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 216 p.

PIEPER, Naiara Walter. **Sucessão rural familiar: desafios e perspectivas no município de Catuípe – RS**. 2014. 101f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.

RAMBO, R. P. **Movimento econômico de São João do Oeste – ano base: 2018**. São João do Oeste: Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente: Unidade Conveniada da Fazenda Estadual, 2018.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Porto Alegre: 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.

STUANI, C.; NECKEL, A.; FICAGNA, A. V. O. **Jovens herdeiros: uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá**. RS, 2016. Texto digital, disponível em: <http://www.egepe.org.br/2016/artigos-egepe/335.pdf>. Acesso em: 26 de Mai. 2019.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999. 406 p.

VILELA, D.; BRESSAN, M.; GOMES, S. T.; et al. **O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2002.

WINK, Cesar Augusto; DALLA PASQUA, Sandra; FISCHER, Augusto; GIANESINI, Miguelangelo. **Processo sucessório em propriedades rurais na região oeste de Santa Catarina**. Rev. Univ. Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 11, n.2 , p. 115-127, ago./dez. 2013. Disponível em:

<http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1098/pdf_43>. Acesso em: 02 set. 2018.

ZANIN, Antônio; OENNING, Vilmar; TRES, Naline; KRUGER, Silvana Dalmutt; GUBIANI, Clésia Ana. **Gestão das propriedades rurais do oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis**. In: Congresso Brasileiro de Custos, 20. Anais... Uberlândia - MG, 2013.